

POLÍTICA

HAROLDO HOLLANDA

A crise do imobilismo

O deputado Inocêncio Oliveira, presidente da Câmara, reúne hoje informalmente em sua casa um pequeno grupo de parlamentares para troca de impressões sobre a crise de imobilidade política em que o País ameaça mergulhar, se todas as atenções continuarem concentradas na CPI do Orçamento. Com isso aumentou o grau de apreensão de que a revisão constitucional acabe não saindo. É preciso esboçar algum tipo de reação, só não se sabendo o que fazer. Um indício a esse respeito dos mais preocupantes: não houve quórum ontem para a realização da sessão do Congresso destinada ao início da discussão do regimento interno que regulará o funcionamento da câmara revisora da Constituição. O presidente do PSDB, Tasso Jereissati, sequer admite a hipótese de que não haja revisão constitucional, porque, no seu entender, isso significaria a própria negação do Congresso como instituição.

O deputado gaúcho Néelson

Jobim não perdeu, porém, seu otimismo: acha que a revisão constitucional acabará acontecendo, apesar dos percalços que vem enfrentando. Mas influentes lideranças do Congresso temem que o mar de denúncias que envolve um grande número de deputados e senadores no escândalo do Orçamento tenha tirado do Parlamento a autoridade moral e o próprio clima político propício à revisão constitucional. Os que tentam se mobilizar politicamente manifestam o receio de que a crise de imobilidade que atingiu o Legislativo alcance também o Poder Executivo, com o que a situação em andamento adquiriria um tom de gravidade sem precedentes. A propósito, parlamentar dos mais calejados, que exerce função pública da maior relevância, confessava ontem, entre aturdido e desanimado, nunca ter se deparado, em sua vida pública, com crise no Parlamento mais grave do que a que estamos testemunhando na presente fase.

O desempenho de Fiúza

Dois jovens mas atuantes deputados acompanharam grande parte do depoimento prestado ontem à CPI do Orçamento pelo ex-ministro e deputado Ricardo Fiúza. Acharam que seu desempenho foi satisfatório, opinião partilhada pela média dos parlamentares que acompanhou a exposição que fez e nas respostas dadas às interpelações que lhe foram dirigidas na reunião da CPI. No entanto, com realismo, um dos deputados que tem estreita relação de amizade com

Fiúza constatou que os danos públicos causados à sua imagem, como político, são irreparáveis. Acredita que nas presentes circunstâncias, para sair com grandeza dos acontecimentos em que se viu envolvido, Fiúza deveria renunciar de imediato a seu mandato de deputado, procurando na Justiça, uma reparação moral, onde, segundo julgamento de seu amigo, teria todas as condições de comprovar sua inocência.